

Diário do Legislativo de 09/08/2000

MESA DA ASSEMBLÉIA

Presidente: Anderson Aauto - PMDB

1º-Vice-Presidente: José Braga - PDT

2º-Vice-Presidente: Durval Ângelo - PT

1º-Secretário: Dilzon Melo - PTB

2º-Secretário: Gil Pereira - PPB

LIDERANÇAS

1) LIDERANÇA DO PMDB:

Líder: Paulo Pettersen

Vice-Líderes: Ronaldo Canabrava e José Henrique

2) LIDERANÇA DO PSDB:

Líder: Hely Tarquínio

Vice-Líderes: Ailton Vilela e Mauro Lobo

3) LIDERANÇA DO PDT:

Líder: Marcelo Gonçalves

Vice-Líder: Bené Guedes

4) LIDERANÇA DO PPB:

Líder: Luiz Fernando Faria

Vice-Líder: Nivaldo Andrade

5) LIDERANÇA DO PFL:

Líder: Sebastião Navarro Vieira

Vice-Líder: Paulo Piau

6) LIDERANÇA DO PTB:

Líder: João Pinto Ribeiro

Vice-Líder: Cristiano Canêdo

7) LIDERANÇA DO PT:

Líder: Ivo José

Vice-Líder: Adelmo Carneiro Leão

8) LIDERANÇA DO PSD:

Líder: Djalma Diniz

Vice-Líder: Dalmo Ribeiro Silva

9) LIDERANÇA DO PSB:

Líder: Chico Rafael

Vice-Líder: Elaine Matozinhos

10) LIDERANÇA DO PPS:

Líder: Marco Régis

Vice-Líder: Márcio Kangussu

11) LIDERANÇA DO GOVERNO:

Líder: Sávio Souza Cruz

Vice-Líder: Luiz Tadeu Leite

12) LIDERANÇA DA MAIORIA:

Líder: Antônio Andrade

13) LIDERANÇA DA MINORIA:

Líder: Carlos Pimenta

COMISSÕES PERMANENTES

COMISSÃO DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

Reuniões Ordinárias - quartas-feiras às 10 horas

EFETIVOS:

Deputado Jorge Eduardo de PMDB Presidente
Oliveira

Deputado Doutor Viana PDT Vice-Presidente

Deputado Agostinho Patrús PSDB

Deputado Sebastião PFL
Navarro Vieira

Deputado Sargento PL
Rodrigues

Deputado Chico Rafael PSB

Deputado Arlen Santiago PTB

SUPLENTE:

Deputado Antônio Júlio PMDB

Deputado Bené Guedes PDT

Deputado Ermano Batista PSDB

Deputado Alberto Bejani PFL

Deputado Cabo Morais PL

Deputada Elaine Matozinhos PSB

Deputado Olinto Godinho PTB

COMISSÃO DE ASSUNTOS MUNICIPAIS E REGIONALIZAÇÃO

Reuniões Ordinárias - terças-feiras às 10 horas

EFETIVOS:

Deputado Ambrósio Pinto PTB Presidente

Deputado Wanderley Ávila PPS Vice-Presidente

Deputado Ailton Vilela PSDB

Deputado José Henrique PMDB

SUPLENTES:

Deputado Arlen Santiago PTB

Deputado Fábio Avelar PPS

Deputado Edson Rezende PSB

Deputado Carlos Pimenta PSDB

Deputado Adelino de Carvalho PMDB

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

Reuniões Ordinárias - quintas-feiras às 10 horas

EFETIVOS:

Deputado Ermano Batista PSDB Presidente

Deputado Antônio Júlio PMDB Vice-Presidente

Deputado Bené Guedes PDT

Deputado Agostinho PL
Silveira

Deputado Adelmo Carneiro PT
Leão

Deputado Paulo Piau PFL

Deputado Antônio Genaro PSD

SUPLENTES:

Deputado Hely Tarquínio PSDB

Deputado Olinto Godinho PTB

Deputado Doutor Viana PDT

Deputado José Milton PL

Deputada Ivo José PT

Deputado Sebastião Costa PFL

Deputado Irani Barbosa PSD

COMISSÃO DE DEFESA DO CONSUMIDOR

Reuniões Ordinárias - terças-feiras às 14 horas

EFETIVOS:

Deputado João Paulo PSD Presidente

Deputado Geraldo Rezende PMDB Vice-Presidente

Deputado Mauri Torres PSDB

Deputado Bené Guedes PDT

Deputada Elaine PSB
Matozinhos

SUPLENTE:

Deputado Dalmo Ribeiro Silva PSD

Deputado Luiz Tadeu Leite PMDB

Deputado Hely Tarquínio PSDB

Deputado Alencar da Silveira PDT
Júnior

Deputada Chico Rafael PSB

COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS

Reuniões Ordinárias - quartas-feiras às 9h30min

EFETIVOS:

Deputada Elbe Brandão PSDB

Deputado Glycon Terra PPB Vice-Presidente
Pinto

Deputado Marcelo PDT
Gonçalves

Deputado Adelmo PT
Carneiro Leão

Deputado Luiz Tadeu Leite PMDB

SUPLENTE:

Deputado João Leite PSDB

Deputado Luiz Fernando Faria PPB

Deputado João Batista de PDT
Oliveira

Deputado Rogério Correia PT

Deputado Adelino de Carvalho PMDB

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA, CIÊNCIA E TECNOLOGIA

Reuniões Ordinárias - quartas-feiras às 10 horas

EFETIVOS:

Deputado Sebastião Costa PFL Presidente

Deputado Antônio Carlos PSDB Vice-Presidente
Andrada

Deputado José Milton PL

Deputado Dalmo Ribeiro PSD
Silva

Deputado Eduardo PMDB
Brandão

SUPLENTES:

Deputado Paulo Piau PFL

Deputado Mauro Lobo PSDB

Deputada Agostinho Silveira PL

Deputado Antônio Genaro PSD

Deputado Márcio Cunha PMDB

COMISSÃO DE FISCALIZAÇÃO FINANCEIRA E ORÇAMENTÁRIA

Reuniões Ordinárias - terças-feiras às 10 horas

EFETIVOS:

Deputado Márcio Cunha PMDB Presidente

Deputado Mauro Lobo PSDB Vice-Presidente

Deputado Eduardo PFL
Hermeto

Deputado Rêmolô Aloise PFL

Deputado Irani Barbosa PSD

Deputado Rogério Correia PT

Deputado Olinto Godinho PTB

SUPLENTES:

Deputado Antônio Andrade PMDB

Deputado Antônio Carlos PSDB
Andrada

Deputado Marcelo Gonçalves PDT

Deputado Sebastião Navarro PFL
Vieira

Deputado Miguel Martini PSDB

Deputado Maria José Haueisen PT

Deputado Arlen Santiago PTB

COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE E RECURSOS NATURAIS

Reuniões Ordinárias - quartas-feiras às 15 horas

EFETIVOS:

Deputado Cabo Morais PL Presidente

Deputada Maria José PT Vice-Presidente
Haueisen

Deputado Carlos Pimenta PSDB

Deputado Adelino de PMDB
Carvalho

Deputado Glycon Terra PPB
Pinto

SUPLENTES:

Deputado Pastor George PL

Deputado Adelmo Carneiro PT
Leão

Deputado Amilcar Martins PSDB

Deputado Eduardo Brandão PMDB

Nivaldo Andrade PPB

COMISSÃO DE POLÍTICA AGROPECUÁRIA E AGROINDUSTRIAL

Reuniões Ordinárias - quartas-feiras às 10 horas

EFETIVOS:

Deputado Dimas Rodrigues PMDB Presidente

Deputado Paulo Piau PFL Vice-Presidente

Deputado Márcio PPS
Kangussu

Deputado João Batista de PDT
Oliveira

Deputado Aílton Vilela PSDB

SUPLENTES:

Deputado Paulo Pettersen PMDB

Deputado Sebastião Costa PFL

Deputado Fábio Avelar PPS

Deputada Álvaro Antônio PDT

Deputado Carlos Pimenta PSDB

COMISSÃO DE REDAÇÃO

Reuniões Ordinárias - quintas-feiras às 9h30min

EFETIVOS:

Deputado Glycon Terra PPB Presidente
Pinto

Deputado Djalma Diniz PSD Vice-Presidente

Deputado Eduardo PMDB
Brandão

Deputada Maria Olívia PSDB

Deputado Marco Régis PPS

SUPLENTE:

Deputado Luiz Fernando Faria PPB

Deputado Dinis Pinheiro PSD

Deputado Antônio Júlio PMDB

Deputado Ailton Vilela PSDB

Deputado Wanderley Ávila PPS

COMISSÃO DE SAÚDE

Reuniões Ordinárias - quintas-feiras às 9h30min

EFETIVOS:

Deputado Miguel Martini PSDB Presidente

Deputado Pastor George PL Vice-Presidente

Deputado Dimas Rodrigues PMDB

Deputado Cristiano Canêdo PTB

Deputado Edson Rezende PSB

SUPLENTE:

Deputado Agostinho Patrús PSDB

Deputado Sargento Rodrigues PL

Deputado Jorge Eduardo de PMDB
Oliveira

Deputado Arlen Santiago PTB

Deputado Chico Rafael PSB

COMISSÃO DO TRABALHO, DA PREVIDÊNCIA E DA AÇÃO SOCIAL

Reuniões Ordinárias - quartas-feiras às 15h30min

EFETIVOS:

Deputado Ivo José PT Presidente

Deputado Amilcar Martins PSDB Vice-Presidente

Deputado Agostinho PL
Silveira

Deputado Luiz Menezes PPS

Deputado Ronaldo PMDB
Canabrava

SUPLENTE:

Deputado Rogério Correia PT

Deputado João Leite PSDB

Deputado José Milton PL

Deputado Marco Régis PPS

Deputado Antônio Andrade PMDB

COMISSÃO DE TRANSPORTE, COMUNICAÇÃO E OBRAS PÚBLICAS

Reuniões Ordinárias - quartas-feiras às 15 horas

EFETIVOS:

Deputado Álvaro Antônio PDT Presidente

Deputado Arlen Santiago PTB Vice-Presidente

Deputado Ivair Nogueira PMDB

Deputado Bilac Pinto PFL

Deputado Dinis Pinheiro PSD

SUPLENTE:

Deputado Alencar da Silveira PDT
Júnior

Deputado Olinto Godinho PTB

Deputado José Henrique PMDB

Deputado Alberto Bejani PFL

Deputado Djalma Diniz PSD

COMISSÃO DE TURISMO, INDÚSTRIA E COMÉRCIO

Reuniões Ordinárias - terças-feiras às 15 horas

EFETIVOS:

Deputado Fábio Avelar PPS Presidente

Deputada Elbe Brandão PSDB Vice-Presidente

Deputado Márcio Cunha PMDB

Deputado João Pinto PTB
Ribeiro

Deputado Alberto Bejani PFL

SUPLENTE:

Deputado Marco Régis PPS

Deputado Amílcar Martins PSDB

Deputado Dimas Rodrigues PMDB

Deputado Ambrósio Pinto PTB

Deputado Bilac Pinto PFL

SUMÁRIO

1 - ATAS

1.1 - Reuniões de Comissões

2 - ORDENS DO DIA

2.1 - Plenário

2.2 - Comissões

3 - EDITAIS DE CONVOCAÇÃO DE REUNIÃO

3.1 - Plenário

3.2 - Comissões

4 - TRAMITAÇÃO DE PROPOSIÇÕES

5 - PRONUNCIAMENTOS REALIZADOS EM REUNIÃO ANTERIOR

6 - MATÉRIA ADMINISTRATIVA

ATAS

ATA DA 9ª REUNIÃO Extraordinária da Comissão de Assuntos Municipais e Regionalização

Às dez horas e trinta minutos do dia cinco de julho de dois mil, comparecem na Sala das Comissões os Deputados Ambrósio Pinto, Aílton Vilela e José Henrique, membros da

supracitada Comissão. Havendo número regimental, o Presidente, Deputado Ambrósio Pinto, declara aberta a reunião e, em virtude da aprovação de requerimento do Deputado José Henrique, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e subscrita pelos membros da Comissão presentes. O Presidente informa que a reunião se destina a apreciar matéria da Comissão e, a seguir, submete a discussão e votação o Parecer de Redação Final do Projeto de Lei nº 950/2000, do Deputado Anderson Adauto, o qual é aprovado. Cumprida a finalidade da reunião, a Presidência agradece a presença dos parlamentares, convoca os membros da Comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 8 de agosto de 2000.

Ambrósio Pinto, Presidente - Aílton Vilela - Márcio Cunha.

ATA DA 1ª REUNIÃO Especial da Comissão ESPECIAL PARA EMITIR PARECER SOBRE O Veto Total à Proposição de Lei nº 14.433

Às quinze horas do dia três de agosto de dois mil, comparecem na Sala das Comissões os Deputados Dimas Rodrigues, Aílton Vilela (substituindo este ao Deputado Antônio Carlos Andrada, por indicação da Liderança do PSDB) e Doutor Viana (substituindo o Deputado Álvaro Antônio, por indicação da Liderança do PDT), membros da supracitada Comissão. Havendo número regimental, o Presidente, Deputado Aílton Vilela, declara aberta a reunião, informa que não há ata a ser lida por ser esta a primeira reunião da Comissão, e que a reunião se destina a eleger o Presidente e o Vice-Presidente e a designar o relator da matéria. A seguir, a Presidência determina a distribuição das cédulas de votação e convida o Deputado Doutor Viana a atuar como escrutinador. Apurados os votos, a Presidência proclama eleitos Presidente e Vice-Presidente, respectivamente, os Deputados Dimas Rodrigues e Álvaro Antônio. Após, declara empossado no cargo de Presidente o Deputado Dimas Rodrigues, a quem passa a direção dos trabalhos. O Presidente, Deputado Dimas Rodrigues, agradece a confiança nele depositada, designa o Deputado Sebastião Navarro Vieira relator da matéria e informa que ele terá o prazo regimental para emitir seu parecer. Cumprida a finalidade da reunião, a Presidência agradece a presença dos parlamentares, convoca os membros da Comissão para a próxima reunião extraordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 8 de agosto de 2000.

Álvaro Antônio, Presidente - Antônio Genaro - Bilac Pinto - Amilcar Martins.

ORDENS DO DIA

Ordem do dia da 163ª reunião ordinária, em 9/8/2000

1ª Parte

1ª Fase (Expediente)

(das 14 horas às 14h15min)

Leitura e aprovação da ata da reunião anterior. Leitura da correspondência.

2ª Fase (Grande Expediente)

(das 14h15min às 15h15min)

Apresentação de proposições e oradores inscritos.

2ª Parte (Ordem do Dia)

1ª Fase

(das 15h15min às 16h15min)

Comunicações da Presidência. Apreciação de pareceres e requerimentos.

Requerimento nº 1.304/2000, da Comissão de Direitos Humanos, pedindo informações ao Secretário da Segurança Pública sobre o desaparecimento do Sr. Marcos Francisco de Paula, com as especificações que menciona. A Mesa da Assembléia opina pela aprovação do requerimento na forma do Substitutivo nº 1, que apresenta.

Requerimento nº 1.332/2000, do Deputado Miguel Martini, em que pede informações ao Secretário da Justiça sobre o número de certidões expedidas relativas à efetivação dos Notários e Registradores do Estado de Minas Gerais com as especificações que menciona. A Mesa da Assembléia opina pela aprovação do requerimento.

Requerimento nº 1.340/2000, do Deputado Alencar da Silveira Júnior, solicitando à Loteria do Estado de Minas Gerais informações sobre os jogos que menciona, bem como sobre a relação da Loteria com os referidos jogos. A Mesa da Assembléia opina pela aprovação do requerimento.

Requerimento nº 1.348/2000, do Deputado Bilac Pinto, solicitando ao Diretor-Geral do DER-MG o envio a esta Casa da relação dos trechos rodoviários que foram danificados com as enchentes ocorridas no início do ano, bem como a programação para sua recuperação. A Mesa da Assembléia opina pela aprovação do requerimento.

Requerimento nº 1.371/2000, do Deputado Márcio Kangussu, solicitando informações à SUDENOR sobre o atual estágio das negociações junto ao Banco Mundial visando à retomada do Programa de Apoio ao Pequeno Produtor Rural. A Mesa da Assembléia opina pela aprovação do requerimento.

Requerimento nº 1.373/2000, da Comissão de Saúde, solicitando ao Secretário da Saúde e à Coordenadoria de Apoio e Assistência à Pessoa Deficiente informações sobre a regulamentação da Lei nº 12.417, de 27/12/96, que dispõe sobre a concessão de financiamento de equipamentos corretivos a portadores de deficiência. A Mesa da Assembléia opina pela aprovação do requerimento com a Emenda nº1, que apresenta.

Requerimento nº 1.388/2000, da Comissão de Fiscalização Financeira, pedindo informações ao Presidente da COPASA-MG sobre a aplicação dos recursos financeiros liberados pela Caixa Econômica Federal e destinados ao órgão, referentes aos contratos que especifica. A Mesa da Assembléia opina pela aprovação do requerimento.

Requerimento nº 1.406/2000, da Comissão Especial da Loteria Mineira, solicitando ao Presidente da Loteria do Estado o envio a esta Comissão de cópias dos extratos dos convênios que especifica. A Mesa da Assembléia opina pela aprovação do requerimento.

(das 16h15min às 18 horas)

Discussão, em turno único, do Veto Total à Proposição de Lei nº 14.435, que dispõe sobre a implantação de sinalização nas rodovias vicinais rurais. A Comissão Especial perdeu prazo para emitir parecer.

Votação, em 1º turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 4/99, do Deputado Gil Pereira, que dá nova redação ao "caput" do art. 201 da Constituição do Estado. A Comissão Especial opinou pela aprovação da proposta com a Emenda nº 1, que apresentou.

Emendada em Plenário, voltou a proposta à Comissão Especial, que opina pela rejeição da Emenda nº 2.

Votação, em 1º turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 19/99, do Deputado Edson Rezende, que altera dispositivos da Constituição do Estado referentes ao Conselho Estadual de Educação. A Comissão Especial opina pela aprovação da proposta.

Votação, em 1º turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 28/99, do Deputado José Braga, que dá nova redação ao art. 31, II, da Constituição Estadual. A Comissão Especial opina pela aprovação da proposta com a Emenda nº 1, que apresenta.

Votação, em 1º turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 30/99, do Deputado Márcio Cunha, que altera a composição do Conselho de Defesa Social. A Comissão Especial opina pela aprovação da proposta com a Emenda nº 1, que apresenta.

Votação, em 1º turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 31/99, do Deputado Eduardo Hermeto, que acrescenta o § 3º ao art. 163 da Constituição do Estado. A Comissão Especial opina pela aprovação da proposta.

Votação, em 1º turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 32/2000, do Deputado Chico Rafael, que acrescenta parágrafo único ao art. 152 da Constituição do Estado. A Comissão Especial opina pela aprovação da proposta na forma do Substitutivo nº 1, que apresenta.

Votação, em 1º turno, do Projeto de Lei Complementar nº 23/2000, do Deputado Sebastião Navarro Vieira, que estabelece critérios operacionais para o exercício da competência legal do Tribunal de Contas do Estado no controle do pagamento de contratos administrativos. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto na forma do Substitutivo nº 1, que apresenta. As Comissões de Administração Pública e de Fiscalização Financeira opinam por sua aprovação na forma do Substitutivo nº 1, da Comissão de Justiça.

Votação, em 1º turno, do Projeto de Lei Complementar nº 24/2000, do Governador do Estado, que dispõe sobre a manifestação, por militar inativo, de pensamento e opinião. A Comissão de Justiça concluiu pela constitucionalidade do projeto. A Comissão de Administração Pública opinou por sua aprovação. Emendado em Plenário, voltou o projeto à Comissão de Administração Pública, que opina pela rejeição da Emenda nº 1.

Votação, em 2º turno, do Projeto de Lei nº 513/99, dos Deputados João Paulo, Elaine Matozinhos e Dalmo Ribeiro Silva, que dispõe sobre a fiscalização do envasilhamento, comercialização e distribuição de gás liquefeito de petróleo. A Comissão de Defesa do Consumidor opina pela aprovação do projeto.

Discussão, em 1º turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 36/2000, do Deputado Ermano Batista, que insere dispositivos na Constituição do Estado para tornar obrigatória a execução da programação orçamentária decorrente de emendas parlamentares.

A Comissão Especial opina pela aprovação da proposta com a Emenda nº 1, que apresenta.

Discussão, em 2º turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 12/99, do Deputado Antônio Andrade, que modifica o "caput" do art. 23 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição Estadual. A Comissão Especial opina pela aprovação da proposta na forma do vencido em 1º turno.

Discussão, em 2º turno, do Projeto de Lei nº 980/2000, do Governador do Estado, que prorroga o prazo para a concretização das medidas previstas no § 2º do art. 1º da Lei nº 12.985, de 30/7/98. A Comissão de Direitos Humanos opina pela aprovação do projeto na forma do vencido em 1º turno.

Discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei Complementar nº 21/99, do Governador do Estado, que dispõe sobre a concessão de benefício securitário aos Policiais Civis e Militares do Corpo de Bombeiros e aos Agentes Penitenciários do Estado. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto com a Emenda nº 1, que apresenta. A Comissão de Administração Pública opina por sua aprovação na forma do Substitutivo nº 1, que apresenta, ficando prejudicada a Emenda nº 1, da Comissão de Justiça. A Comissão de Direitos Humanos opina pela aprovação do projeto na forma do Substitutivo nº 2, que apresenta, e pela rejeição do Substitutivo nº 1, da Comissão de Administração Pública, e da Emenda nº 1, da Comissão de Justiça. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto com as Emendas nºs 2 e 3, que apresenta, e pela rejeição da Emenda nº 1 e dos Substitutivos nºs 1 e 2.

Discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei Complementar nº 29/2000, do Deputado Paulo Piau, que altera dispositivos do art. 42 da Lei nº 6.624, de 18/7/75, que dispõe sobre a organização básica da Polícia Militar do Estado de Minas Gerais e dá outras providências. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto na forma do Substitutivo nº 1, que apresenta. A Comissão de Administração Pública opina por sua aprovação na forma do Substitutivo nº 1, da Comissão de Justiça.

Discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 188/99, da Deputada Maria José Haueisen, que determina a absorção da Fundação Educacional Nordeste Mineiro - FENORD - pela Universidade do Estado de Minas Gerais - UEMG. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto na forma do Substitutivo nº 1, que apresenta. A Comissão de Educação opina pela aprovação do projeto na forma do Substitutivo nº 2, que apresenta. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto na forma do Substitutivo nº 2, da Comissão de Educação.

Discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 553/99, do Deputado Sargento Rodrigues, que dispõe sobre o registro e a publicidade dos índices de violência e criminalidade no Estado de Minas Gerais. A Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto. A Comissão de Administração Pública opina por sua aprovação. A Comissão de Direitos Humanos opina pela aprovação do projeto na forma do Substitutivo nº 1, que apresenta. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto na forma do Substitutivo nº 1, da Comissão de Direitos Humanos.

Discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 645/99, do Deputado Fábio Avelar, que dispõe sobre a administração, proteção e conservação das águas subterrâneas de domínio do Estado e dá outras providências. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto com as Emendas nºs 1 a 6, que apresenta. A Comissão de Meio Ambiente opina por sua aprovação com as Emendas nºs 2 a 6, da Comissão de Justiça, e com as emendas nºs 7 a 18, que apresenta, e, ainda, com a Subemenda nº 1, que apresenta, à Emenda nº 1, da Comissão de Justiça. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto com as Emendas nºs 2 a 6, da Comissão de Justiça; com as Emendas nºs 7, 9 a 15, 17 e 18 e, ainda, com a Subemenda nº 1, da Comissão de Meio Ambiente, à Emenda nº 1, da Comissão de Justiça, e as Emendas nºs 19 a 24, que apresenta, e a Subemenda nº 1, de sua autoria, à Emenda nº 8, da Comissão de Meio Ambiente, e pela rejeição das Emendas nºs 1, 8 e 16.

Discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 1.006/2000, do Deputado Carlos Pimenta, que dispõe sobre a divulgação da relação de obras contratadas pelos órgãos da administração pública direta e indireta do Estado e dá outras providências. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto na forma do Substitutivo nº 1, que apresenta. A

Comissão de Administração Pública opina por sua aprovação na forma do Substitutivo nº 1, da Comissão de Justiça.

Discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 1.052/2000, do Deputado Luís Tadeu Leite, que declara como área de proteção ambiental a região situada nos Municípios de Belo Horizonte, Brumadinho, Caeté, Ibitiré, Itabirito, Nova Lima, Raposos, Rio Acima e Santa Bárbara e dá outras providências. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto com as Emendas nºs 1 e 2, que apresenta. A Comissão de Meio Ambiente opina por sua aprovação com a Emenda nº 1, da Comissão de Justiça

Discussão, em 2º turno, do Projeto de Lei nº 358/99, do Deputado João Paulo, que torna obrigatória a notificação ao órgão executivo de trânsito sobre os recursos julgados procedentes pela Junta de Administração de Recursos e Infrações - JARI - e dá outras providências. A Comissão de Administração Pública opina pela aprovação do projeto na forma do vencido em 1º turno.

Discussão, em 2º turno, do Projeto de Lei nº 365/99, do Deputado Pastor George, que dispõe sobre associação do Poder Executivo a entidades civis sem fins lucrativos para conceder créditos a empreendedores e dá outras providências. A Comissão de Fiscalização Financeira perdeu prazo para emitir parecer.

Discussão, em 2º turno, do Projeto de Lei nº 372/99, da Deputada Maria Tereza Lara, que dispõe sobre os direitos dos usuários dos serviços e das ações de saúde no Estado de Minas Gerais e dá outras providências. A Comissão de Saúde opina pela aprovação do projeto na forma do vencido em 1º turno.

Discussão, em 2º turno, do Projeto de Lei nº 536/99, do Deputado Jorge Eduardo de Oliveira, que autoriza a UEMG a receber a Escola Superior de Agronomia e Ciências de Machado como unidade associada. A Comissão de Educação opina pela aprovação do projeto com a Emenda nº 1, que apresenta, ao vencido em 1º turno.

Discussão e votação de pareceres de redação final.

Ordem do dia da 43ª reunião ordinária da comissão de Educação, Cultura, Ciência e Tecnologia, a realizar-se às 10 horas do dia 9/8/2000

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relatores.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário da Assembléia:

No 1º turno: Projeto de Lei nº 992/2000, do Deputado Edson Rezende.

Discussão e votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário da Assembléia:

Em turno único: Projeto de Lei nº 974/2000, do Deputado José Milton.

Requerimentos nºs 1.527 e 1.533/2000, do Deputado Dalmo Ribeiro Silva.

Discussão e votação de proposições da Comissão.

Ordem do dia da 45ª reunião ordinária da comissão de Administração Pública, a realizar-se às 10 horas do dia 9/8/2000

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relatores.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário da Assembléia:

No 1º turno: Projeto de Lei Complementar nº 26/2000, do Deputado Edson Rezende; Projeto de Lei nº 1.002/2000, do Deputado Ermano Batista.

No 2º turno: Projetos de Lei nºs 589/99, do Deputado Chico Rafael; 1.044/2000, do Deputado Paulo Piau.

Discussão e votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário da Assembléia:

Requerimentos nºs 1.528/2000, da Deputada Maria Olívia; 1.542/2000, da Comissão de Transporte, Comunicação e Obras Públicas; 1.549/2000, da Deputada Maria Olívia.

Discussão e votação de proposições da Comissão.

Ordem do dia da 47ª reunião ordinária da comissão de Transporte, Comunicação e Obras Públicas, a realizar-se às 15 horas do dia 9/8/2000

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relatores.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário da Assembléia:

Requerimentos nºs 1.547/2000, do Deputado Dalmo Ribeiro Silva; 1.554/2000, da Comissão de Política Agropecuária e Agroindustrial.

Finalidade: discutir com convidados a municipalização do Terminal Rodoviário de Belo Horizonte.

Convidados: Srs. Maurício Guedes, Secretário de Estado de Transportes e Obras Públicas; Flávio Goês Menicucci, Diretor-Geral do DER-MG; e Jafete Abrão Jacob, Diretor-Presidente da BHTRANS.

Discussão e votação de proposições da Comissão.

EDITAIS DE CONVOCAÇÃO DE REUNIÃO

Edital de Convocação

Reuniões Extraordinárias da Assembléia Legislativa

O Presidente da Assembléia Legislativa do Estado de Minas Gerais, no uso da atribuição que lhe confere o art. 82, XVII, do Regimento Interno, convoca reuniões extraordinárias da Assembléia para as 9 e as 20 horas do dia 9/8/2000, destinadas à discussão e votação de pareceres e à votação de requerimentos; e à apreciação do Veto Total à Proposição de Lei nº 14.435, que dispõe sobre a implantação de sinalização nas rodovias vicinais rurais; das Propostas de Emenda à Constituição nºs 4/99, do Deputado Gil Pereira, que dá nova redação ao "caput" do art. 201 da Constituição do Estado; 19/99, do Deputado Edson Rezende, que altera dispositivos da Constituição Estadual referentes ao Conselho Estadual de Educação; 12/99, do Deputado Antônio Andrade, que modifica o "caput" do art. 23 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição Estadual; 28/99, do Deputado José Braga, que dá nova redação ao art. 31, II, da Constituição do Estado; 30/99, do Deputado Márcio Cunha, que altera a composição do Conselho de Defesa Social; 31/99, do Deputado Eduardo Hermeto, que acrescenta o § 3º ao art. 163 da Constituição Estadual; 32/2000, do Deputado Chico Rafael, que acrescenta parágrafo único ao art. 152 da Constituição do Estado; e 36/2000, do Deputado Ermano Batista, que insere dispositivos na Constituição Estadual para tornar obrigatória a execução da programação orçamentária decorrente de emendas parlamentares; dos Projetos de Lei Complementar nºs 21/99, do Governador do Estado, que dispõe sobre a concessão de benefício securitário aos Policiais Cíveis e Militares do Corpo de Bombeiros e aos Agentes Penitenciários do Estado; 23/2000, do Deputado Sebastião Navarro Vieira, que estabelece critérios operacionais para o exercício da competência legal do Tribunal de Contas do Estado no controle do pagamento de contratos administrativos; 24/2000, do Governador do Estado, que dispõe sobre a manifestação, por militar inativo, de pensamento e opinião; e 29/2000, do Deputado Pualo Piau, que altera dispositivos do art. 42 da Lei nº 6.624, de 18/7/75, que dispõe sobre a organização básica da Polícia Militar do Estado de Minas Gerais e dá outras providências; e dos Projetos de Lei nºs 513/99, dos Deputados João Paulo, Elaine Matozinhos e Dalmo Ribeiro Silva, que dispõe sobre a fiscalização do envasilhamento, da comercialização e da distribuição de gás liquefeito de petróleo; 980/2000, do Governador do Estado, que prorroga o prazo para a concretização das medidas previstas no § 2º do art. 1º da Lei nº 12.985, de 30/7/98; 188/99, da Deputada Maria José Hauelsen, que determina a absorção da Fundação Educacional Nordeste Mineiro pela Universidade do Estado de Minas Gerais; 553/99, do Deputado Sargento Rodrigues, que dispõe sobre o registro e a publicidade dos índices de violência e criminalidade no Estado de Minas Gerais; 645/99, do Deputado Fábio Avelar, que dispõe sobre a administração, proteção e conservação das águas subterrâneas de domínio do Estado e dá outras providências; 1.006/2000, do Deputado Carlos Pimenta, que dispõe sobre a divulgação da relação de obras contratadas pelos órgãos da administração pública direta e indireta do Estado e dá outras providências; 1.052/2000, do Deputado Luís Tadeu Leite, que declara como área de proteção ambiental a região situada nos Municípios de Belo Horizonte, Brumadinho, Caeté, Ibirité, Itabirito, Nova Lima, Raposos, Rio Acima e Santa Bárbara e dá outras providências; 358/99, do Deputado João Paulo, que torna obrigatória a notificação ao órgão executivo de trânsito sobre os recursos julgados procedentes pela Junta de Administração de Recursos e Infrações e dá outras providências; 365/99, do Deputado Pastor George, que dispõe sobre a associação do Poder Executivo a entidades civis sem fins lucrativos para conceder créditos a empreendedores e dá outras providências; 372/99, da Deputada Maria Tereza Lara, que dispõe sobre os direitos do usuários dos serviços e das ações de saúde no Estado de Minas Gerais e dá outras providências; e 536/99, do Deputado Jorge Eduardo de Oliveira, que autoriza a UEMG a receber a Escola Superior de Agronomia e Ciências de Machado como unidade associada; e à discussão e votação de pareceres de redação final.

Palácio da Inconfidência, 8 de agosto de 2000.

Anderson Aauto, Presidente.

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

Reunião Extraordinária da Comissão de Fiscalização Financeira e Orçamentária

Nos termos regimentais, convoco os Deputados Mauro Lobo, Eduardo Hermeto, Irani Barbosa, Olinto Godinho, Rêmoló Aloise e Rogério Correia, membros da supracitada Comissão, para a reunião a ser realizada em 9/8/2000, às 14 horas, na Sala das Comissões, com a finalidade de se apreciarem, no 2º turno, os pareceres sobre os Projetos de Lei nºs 332/99, do Deputado Dimas Rodrigues, e 940/2000, do Deputado Antônio Júlio; em 1º turno, os pareceres sobre os Projetos de Lei nºs 695/99, do Deputado Eduardo Hermeto; 789/2000, do Deputado Agostinho Silveira; 844/2000, da Deputada Maria Olívia; 891 e 893/2000, do Deputado Gil Pereira; 998/2000, do Deputado Doutor Viana, e 1.019/2000, do Deputado Sargento Rodrigues; e de se discutirem e votarem proposições da Comissão.

Sala das Comissões, 8 de agosto de 2000.

Márcio Cunha, Presidente.

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

Reunião Extraordinária da Comissão de Defesa do Consumidor

Nos termos regimentais, convoco os Deputados Geraldo Rezende, Bené Guedes, Elaine Matozinhos e Mauri Torres, membros da supracitada Comissão, para a reunião a ser realizada em 10/8/2000, às 9h30min, na Sala das Comissões, com a finalidade de se apreciar, em 2º turno, o Projeto de Lei nº 821/2000.

Sala das Comissões, 7 de agosto de 2000.

João Paulo, Presidente.

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

Reunião Extraordinária da Comissão de Política Agropecuária e Agroindustrial

Nos termos regimentais, convoco os Deputados Paulo Piau, Ailton Vilela, João Batista de Oliveira e Márcio Kangussu, membros da supracitada Comissão, para a reunião a ser realizada em 11/8/2000, às 14 horas, no auditório da UNIMONTES, na cidade de Montes Claros, com a finalidade de se discutir o Projeto de Lei nº 1.025/2000, do Deputado Rogério Correia, que dispõe sobre a Política Mineira de Incentivo ao Cultivo, Consumo, Comercialização e Transformação dos Derivados do Pequi - PRÓ-PEQUI. Convidados: representante do Centro de Agricultura Alternativa do Norte de Minas - CAA-NM -, do Centro de Assessoria aos Movimentos Populares do Vale do Jequitinhonha - Campo-Vale -, da Rede de Intercâmbio de Tecnologias Alternativas - Rede -, da Rede Cerrado de Organizações Não Governamentais - Rede Cerrado -, do Núcleo de Ciências Agrárias da UFMG, da UNIMONTES, da Secretaria de Estado de Agricultura, da Secretaria de Estado de Indústria e Comércio, da EMATER, do INCRA e da FETAEMG.

Sala das Comissões, 8 de agosto de 2000.

TRAMITAÇÃO DE PROPOSIÇÕES

Parecer sobre o veto total à proposição de lei nº 14.433

Comissão Especial

Relatório

Utilizando a atribuição que lhe confere o art. 90, VIII, da Carta mineira, o Governador do Estado opôs veto total à proposição de lei em epígrafe, que objetiva autorizar a negociação do valor das parcelas remuneratórias dos servidores a que se refere a Lei nº 10.470, de 15/4/91, que dispõe sobre a absorção de servidores da Caixa Econômica do Estado de Minas Gerais - MinasCaixa - no quadro de pessoal da administração direta do Poder Executivo e dá outras providências.

Para apreciar a matéria e sobre ela emitir parecer, foi constituída esta Comissão Especial, conforme determina o art. 222, c/c o art. 111, "b", do Regimento Interno.

Fundamentação

Ao fundamentar as razões do veto, o Governador do Estado alega motivos de ordem constitucional e de interesse público, embora reconheça o elevado propósito da iniciativa parlamentar.

Todavia, deixamos de acolher o veto por entender que é necessária a realização de novo cálculo das parcelas remuneratórias pagas a título de vantagem pessoal e concedidas em decorrência da aplicação do art. 1º da Lei nº 10.470, de 1991, e que foram incorporadas indevidamente, no intuito de se definir, para efeito de pagamento, o valor da remuneração dos servidores a que se refere a lei citada.

De fato, gerou uma injustiça a sistemática adotada pelo Decreto nº 36.014, de 1994, que fixou as tabelas de vencimentos e de soldos dos servidores públicos do Poder Executivo, pela inobservância da forma em que foi assegurada a vantagem pessoal instituída pela Lei nº 10.470.

Tal vantagem representa a garantia de que não haverá redução da remuneração recebida pelos servidores da extinta MinasCaixa absorvidos no quadro de pessoal da administração direta do Poder Executivo, nos termos da Lei nº 10.470. Entretanto, esses servidores foram prejudicados com o decreto do Executivo já mencionado.

É importante registrar que, na hipótese de haver o servidor ingressado em juízo para reivindicar o recebimento da vantagem, o pagamento do valor devido ficará condicionado à renúncia da ação, mediante acordo nos autos, e não será efetuado retroativamente, produzindo seus efeitos a partir da data da assinatura do acordo com o servidor.

Vê-se, pois, que a proposição de lei ainda assegura ao Estado os meios para que realize a negociação sem prejuízo de sua administração.

Pelas razões aduzidas, entendemos que as medidas consubstanciadas na proposição ora vetada corrigem uma injustiça praticada contra os servidores da extinta MinasCaixa e que o veto, portanto, não deve ser acolhido.

Conclusão

Opinamos pela rejeição do veto total oposto à Proposição de Lei nº 14.433, originária do Projeto de Lei nº 40/99.

Sala das Comissões, 8 de agosto de 2000.

Álvaro Antônio, Presidente - Bilac Pinto, relator - Antônio Genaro - Amílcar Martins.

PRONUNCIAMENTOS REALIZADOS EM REUNIÃO ANTERIOR

160ª REUNIÃO ORDINÁRIA

Discursos Proferidos em 2/8/2000

O Deputado João Leite - Sra. Presidente, Deputada Maria Olívia, Srs. Deputados, público presente, imprensa e telespectadores, nesse retorno aos trabalhos, comunico à Mesa e aos Deputados e Deputadas o nosso pedido de afastamento da Presidência da Comissão de Direitos Humanos. Consideramos a Comissão de Direitos Humanos da Assembléia Legislativa da maior importância. Ela tem tido uma postura muito importante diante das violações dos direitos econômicos, sociais e civis. Enquanto estivermos concorrendo à Prefeitura de Belo Horizonte, essa Comissão não pode ficar prejudicada devido à nossa ausência. Por questões éticas, sem me eximir da responsabilidade de lutar por esses direitos humanos amplos que consagram a questão social, civil e econômica, considero que devo me afastar. O Líder do meu partido, Deputado Hely Tarquínio, saberá indicar outro membro do PSDB para a Comissão de Direitos Humanos, a fim de realizar o trabalho necessário, pois há uma demanda intensa. É necessário que tenhamos um Presidente sempre presente para atender à nossa população.

O Deputado Alberto Bejani (em aparte)* - Deputado João Leite, parabéns. Seria uma ingratidão de qualquer um de nós desta Casa e até da população de Minas Gerais não reconhecer o trabalho sério e arriscado que V. Exa. vem desenvolvendo com relação aos direitos humanos. Não tenho dúvidas de que os direitos humanos para V. Exa. é o respeito aos direitos do cidadão, não importando que esteja pagando pena. Em meu nome e no dos nossos companheiros do PFL, deixo aqui o registro de que V. Exa. merece os nossos aplausos e o nosso reconhecimento por esse trabalho sério. O seu comportamento na Assembléia é um exemplo de como deve agir um parlamentar, um ser humano e um companheiro. Para nós, V. Exa. é, com certeza, a figura mais expressiva em honestidade, em decência e em companheirismo. Parabéns, Deputado João Leite. Estou torcendo por V. Exa., para que faça de Minas Gerais um Estado moderno. Muito obrigado.

O Deputado João Leite - Agradeço ao Deputado Alberto Bejani pela manifestação de carinho e de respeito. Tive oportunidade de trabalhar com S. Exa. em uma CPI polêmica que tratou da facilitação de Carteira de Habilitação. Desta tribuna, reconheço o trabalho sério que desenvolveu e vem desenvolvendo, sempre tão presente.

O Deputado Carlos Pimenta (em aparte)* - Agradeço o aparte que me concede, quando vem anunciar o seu afastamento da Comissão de Direitos Humanos, que é uma das mais importantes desta Casa e presidiu nesses últimos dois anos. Faço minhas as palavras do Deputado Alberto Bejani, em relação ao bellissimo trabalho que o Deputado João Leite fez à frente desta Comissão, revolucionando todo o conceito de direitos humanos no Estado.

Foi um trabalho de vanguarda, de ponta. Tenho certeza absoluta de que o afastamento de V. Exa. desta Comissão é em decorrência da sua candidatura à Prefeitura desta cidade.

Tenho a convicção de que sua candidatura, pelo andar da carruagem, é vitoriosa, porque V. Exa. defende as causas do homem, do ser humano, principalmente aquele que está relegado a segundo plano, que está marginalizado. Como Prefeito, além da defesa que V. Exa. fará dos direitos humanos do cidadão de Belo Horizonte, das pessoas que moram nesta Capital, haverá de dar um toque muito especial a esta administração, valorizando o homem na sua essência, o cidadão pobre, marginalizado. É isso que nos faz trabalhar cada vez mais pela sua candidatura. Estamos absolutamente empenhados, todo o partido, todos os seus amigos, mesmo de outros partidos, em elegê-lo Prefeito. Vamos perder um grande Deputado que valoriza seu mandato, que valoriza esta Casa acima de tudo. Mas o povo desta Capital haverá de ter um Prefeito que não mede esforços para defender o pequeno, o humilde, aquelas pessoas que nunca tiveram defesa. Seu programa de governo é extremamente importante e avançado.

Como membros do partido de V. Exa., o PSDB, nos sentimos tristes pelo seu afastamento dessa importante Comissão, mas sabemos que sua missão é outra, muito mais importante para o povo. Sabemos que sua candidatura a Prefeito é vitoriosa porque está tocando o coração do belo-horizontino. Parabéns pelo seu trabalho.

O Deputado João Leite - Obrigado, Deputado Carlos Pimenta, por suas palavras. É justamente por reconhecer a importância da Comissão de Direitos Humanos que pedimos ao nosso Líder que indique outro membro do nosso partido para nos representar na Comissão.

O Deputado Hely Tarquínio (em aparte) - Deputado João Leite, o PSDB se orgulha de tê-lo como candidato a Prefeito em Minas Gerais, exatamente um lugar onde há um conflito despertado e promovido pelo Governador contra o PSDB. Mas estamos acostumados à luta, e V. Exa. é o nosso estandarte nesta Casa. Somente V. Exa. poderia ser o nosso candidato a Prefeito de Belo Horizonte, não desmerecendo os outros, pela luta empreendida por V. Exa. Como Vereador e goleiro do Atlético e de outros times, foi um vencedor. Temos a certeza de que venceu e deu exemplo nesta Casa, com um testemunho de como se fazer direitos humanos, o direito pelo prisma da igualdade, da liberdade, o direito sobre o próprio direito. Respeitando essa tríade, demonstrou a todos nós como deve ser promovido o direito humano, principalmente o dos mais humildes, numa sociedade que divide perversamente o pobre e o rico. Dá um tratamento igual a todos pelo prisma do direito, dando liberdade igual ao humilde e ao grande, convocando a todos, não só as autoridades, mas muitas vezes as vítimas. Está aí para atender agora a um chamamento muito maior, através do seu trabalho na Comissão de Direitos Humanos, que ultrapassou as fronteiras de Minas Gerais, não só devido a esse trabalho, mas a todo o trabalho de Plenário. Temos orgulho de tê-lo como candidato e temos a certeza da sua vitória. Aos poucos a campanha vai ganhando as ruas de BH. Decorrendo a metade do tempo, teremos a certeza de que estará bem nas pesquisas. O povo conhece e sabe que é um exemplo de probidade, de lealdade, de honestidade e competência. O povo está necessitando de pessoas honestas no comando do Governo, e V. Exa. representa tudo isso.

Parabéns pelo que fez pelo Poder Legislativo, parabéns pelo seu trabalho na Comissão de Direitos Humanos! Por intermédio dessa Comissão, os humildes puderam ter voz, puderam ter o seu direito, puderam ter a sua proteção. Várias das CPIs de que V. Exa. participou deram resultado em propostas de emenda à Constituição e em projetos de lei que esta Casa levou ao Governador. Algumas dessas propostas não alcançaram o seu objetivo, porque, muitas vezes, o Governador não as sancionou. Na maioria das vezes, entretanto, todos reconheceram e reconhecem o seu trabalho.

Vamos indicar um outro colega parlamentar do seu nível como Presidente da Comissão de Direitos Humanos. O PSDB sente-se muito honrado de tê-lo como nosso candidato. Temos a certeza de que Belo Horizonte saberá reconhecer o trabalho de um Deputado jovem que tanto lutou pelo povo. Receba os nossos parabéns. Que Deus ilumine os seus passos porque V. Exa. tem Deus na sua vida e tem amor ao povo de Minas Gerais! Muito obrigado pelo seu trabalho.

O Deputado João Leite - Eu é que lhe agradeço, Deputado Hely Tarquínio, o aparte e os elogios. É bondade do meu Líder, mas agradeço-lhe muito.

Gostaria de fazer um rápido balanço desse trabalho realizado à frente da Comissão de Direitos Humanos. Quando assumi essa Comissão em 1995, chamava-se Comissão de Direitos e Garantias Fundamentais. Juntamente com os companheiros da Comissão lutamos para mudar o seu nome para Direitos Humanos, porque sabíamos que era resquício do tempo da ditadura, de algumas pessoas que até hoje ainda têm o discurso ultrapassado de que comissão de direitos humanos é para defender bandidos. É discurso de reacionários que querem manter um "status" que perdura em Minas Gerais, mas quem perde com isso é o nosso povo. A Comissão de Direitos Humanos é muito mais do que isso. Tratou de várias questões em Minas Gerais, como a violência no trânsito, os problemas de moradia e de saneamento básico.

Lembro-me de quando estive com os Deputados dessa Comissão no córrego Ferrugem, no Bairro Eldorado, quando das enchentes por ocasião das obras do PROSAM. As famílias ficaram desabrigadas e foi um momento histórico em Minas Gerais, porque a Comissão de Direitos Humanos conseguiu, junto com a Pastoral, que não se levassem as famílias para um galpão e que o Estado de Minas Gerais pagasse aluguel a cada família. Então, a Comissão de Direitos Humanos tratou de tudo isso. Nas obras do PROSAM, no Bairro Primeiro de Maio, conseguimos que as famílias que iriam sair das vilas pudessem permanecer juntas, a fim de que o vínculo das famílias daquela comunidade em que estavam inseridas há tanto tempo não fosse desfeito. Foi pela nossa lutam, também, que fizemos um debate público aqui na Assembléia e uma audiência para tratar das pessoas desaparecidas em Belo Horizonte. Lamentamos, naquele tempo, porque tínhamos, em Belo Horizonte, na Delegacia Especializada de Pessoas Desaparecidas, apenas dois Detetives, um Delegado e uma viatura para cuidar de tão grave problema: havia, então, nesta cidade, 1.000 pessoas desaparecidas. Então, foram vários os trabalhos da Comissão de Direitos Humanos, foram vários os projetos e as emendas constitucionais apresentadas pelos Deputados dessa Comissão. Apresentamos a relação das pessoas desaparecidas, a fim de que pudéssemos ter mais delegacias especializadas para tratar dessa questão. A Comissão de Direitos Humanos tornou-se interlocutora da sociedade. Inúmeras audiências públicas foram feitas, abordando vários temas. Cuidamos, inclusive, de projetos de lei oriundos da CPI Carcerária, como no caso da Lei nº 12.985, que transfere os presos que estão com a Polícia Civil para a Secretaria da Justiça, dando oportunidade de termos mais policiais civis nas ruas, cuidando da segurança da nossa população. Não tenham dúvida de que essa é uma lei importante, como é também a Lei nº 12.936.

Gostaria de agradecer o trabalho dos vários companheiros que estiveram conosco na Comissão de Direitos Humanos. Lembro-me do Deputado José Braga, sempre presente, atuante; do Deputado Ivair Nogueira, do Deputado Durval Ângelo e, mais recentemente, da Deputada Maria Tereza Lara, do Deputado Glycon Terra Pinto e do Deputado Marcelo Gonçalves, todos juntos nessa luta pelos direitos humanos.

Talvez alguns tentem culpar a Comissão de Direitos Humanos quanto aos criminosos, mas a intervenção dessa Comissão é em defesa da vida. Nessa defesa, ela foi muito firme no caso de Sidney Cangussu, tesoureiro do Banco do Brasil, torturado nas dependências da Furtos e Roubos. O Delegado responsável foi condenado. Tomamos a defesa de Sidney Cangussu, comprovadamente inocente. Quem assaltou o Banco foi preso posteriormente. Sidney Cangussu não é bandido, é um inocente. A Comissão de Direitos Humanos enfrentou tudo e todos em defesa daquele homem.

Também instalamos, durante a reunião da Comissão de Direitos Humanos, um microfone aberto à população, sem discriminação. Toda quarta-feira, às 9h30min, o cidadão ou a cidadã de Minas Gerais que desejar tem acesso a ele e pode usá-lo para trazer o seu problema, a sua dificuldade. Foi assim que conhecemos o problema das famílias do desabamento da Gameleira, em 1971. A lei que concede indenização para essas famílias é da Comissão de Direitos Humanos e fez com que o Estado abrisse mão da prescrição, para que essas famílias fossem atendidas.

Poderia dizer muito mais sobre a nossa emenda que concede indenização ao policial morto ou tornado incapaz em serviço, no valor de R\$60.000,00, a qual foi derrotada. Em São Paulo, hoje, as famílias dos policiais recebem uma indenização de R\$100.000,00, e o Governador enviou para a Assembléia Legislativa uma proposta de indenização de R\$25.000,00.

Poderia passar toda a tarde falando dos feitos dessa Comissão de Direitos Humanos, tão importante para o Estado de Minas Gerais. Espero e vou colaborar para que ela continue dessa maneira: dando, especialmente ao cidadão mais carente do nosso Estado, o direito à voz e também à participação. Afasto-me justamente para que a Comissão continue a dar resultados para a população de Minas Gerais, sem me omitir da responsabilidade como militante dos direitos humanos e do bem maior que Deus nos deu, que é a vida. Muito obrigado.

* - Sem revisão do orador.

O Deputado Carlos Pimenta* - Sra. Presidente, Srs. Deputados presentes, imprensa e galerias, ontem, no meu pronunciamento, falei a respeito das altas taxas cobradas e praticadas pela CEMIG no Estado, com relação à agricultura de irrigação.

Hoje, para provar o que dizíamos ontem, vou citar um documento a que tivemos acesso, encaminhado a nós por uma empresa de irrigação, a Fazenda Porto Alegre, de um município da Bahia, o qual vem com uma fatura da sua conta relacionada com a irrigação. Daí, fizemos uma projeção do que essa mesma empresa ou qualquer outra gastaria ou está gastando em Minas Gerais com relação à energia elétrica. Os resultados são: consumo ativo fora de ponta da CEMIG, em relação à COELBA: 46,88% a menos na Bahia. No consumo ativo,

horário reservado, também 46,88%. E uma demanda fora de ponta, com uma energia subsidiada para os pequenos irrigantes, os pequenos produtores rurais, tem uma diferença de Minas para a Bahia da ordem de 88,13%.

Com base nessas informações, podemos entender que hoje, nos projetos sociais de irrigação que existem em Minas Gerais, o pequeno produtor rural já está com uma dívida acumulada, com total impossibilidade de quitá-la, de pagar à CEMIG, e isso está acontecendo em todos os projetos sociais. Na região do Projeto Jaíba, o grande, famoso, decantado e falado projeto no Norte de Minas, cerca de 45% dos pequenos irrigantes estão inadimplentes, com sua produção paralisada e uma dívida impagável junto à CEMIG, que já vem se acumulando ao longo dos últimos cinco anos. Esta Casa, através de uma Comissão, visitou o Projeto Jaíba, e, por incrível que pareça, constatamos os 45% dos produtores rurais que estão paralisados e soubemos da absurda solicitação para que o Governo do Estado e a CEDEC enviassem cestas básicas aos produtores rurais daquela região.

Para tudo isso deveria haver uma explicação. Chamamos o Presidente da CEMIG a esta Casa e solicitamos dele que estudasse a possibilidade de se ampliar a irrigação noturna, que é bem mais barata. A resposta que tivemos foi que a CEMIG não poderia arcar com esse subsídio, sob pena de comprometer os serviços prestados à população comum.

Mas examinamos esses documentos e estamos fazendo levantamentos em outros Estados, principalmente naqueles Estados com tradição em irrigação, como Goiás, São Paulo, Santa Catarina e Paraná, e as informações preliminares que temos indicam que a energia mais cara que se cobra, no Brasil, dos pequenos irrigantes é a cobrada em Minas Gerais; é aqui que se praticam os preços mais elevados, mais proibitivos, principalmente das pessoas carentes que fazem opção por permanecerem na zona rural.

Minas Gerais também ilustra com outro dado: existem cerca de 450 mil propriedades rurais abandonadas. Isso corresponde à demanda que existe nos grandes centros, nas grandes cidades por parte da população que não tem teto. O povo está saindo, efetivamente, da zona rural. É o maior êxodo rural que se verificou na história de Minas. O povo não tem condições de permanecer na roça, de plantar a sua terra, porque não tem estímulo para fixação na sua terra de origem.

Faltam escolas, serviços de saúde condizentes, transportes. E a única coisa que ele tinha nas mãos, que era a possibilidade de plantar na sua terra, infelizmente torna-se cada vez mais distante, devido aos altos preços praticados pela CEMIG para o pequeno produtor rural que quer irrigar sua terra.

O Deputado Edson Rezende (em aparte)* - Obrigado, Deputado Carlos Pimenta. V. Exa. toca num ponto extremamente importante. A base da vida é a base do campo, é onde se planta e se colhe para o sustento e a alimentação do povo. É o princípio da vida do homem na terra e o princípio da vida atual, do ponto de vista histórico, que permanecerá até o fim dos tempos.

Sobre o cuidado com o homem do campo, com a zona rural, com aquele que mantém o produto para a sobrevivência das populações, que não sobrevivem na face da terra sem tais produtos rurais, vemos que as nossas autoridades não têm tido o cuidado adequado. Quero citar um exemplo. No ano de 1998, o Brasil importou cerca de R\$2.000.000.000,00 em alimentos, repetindo, mais ou menos, em 1999, esse quantitativo de importação. Fico a pensar somente sobre essa cifra. Se R\$2.000.000.000,00 tivessem sido aplicados para o pequeno produtor brasileiro, quanto de alimento teria sido produzido e quantos empregos teriam sido gerados nesta nossa Minas Gerais, no campo e na zona rural? E quanto de benefício poderiam ter promovido na vida das pessoas que lá trabalham e podem se aproveitar do produto, ou seja, daquela produção do campo? Então, é necessário que voltemos aqui inúmeras vezes para falar sobre esse assunto.

Deputado Carlos Pimenta, está sendo colocado outro tema para ser discutido na Casa, que são os transgênicos, como se fossem a salvação da lavoura. Precisamos saber que, há três anos, 75% das empresas produtoras de grãos no País eram de propriedade de brasileiros. Hoje, 75% das empresas já não são mais de brasileiros, mas de empresas estrangeiras. Somente 5% das empresas produtoras de grãos são de propriedade brasileira. Isso configura a entrega do patrimônio nacional para as empresas multinacionais e transnacionais, o que é lamentável.

O Deputado Carlos Pimenta* - Agradeço a sua participação, Deputado Edson Rezende, que tem sido um baluarte no assunto.

Devemos tomar uma providência. A primeira que quero tomar é provocar uma audiência pública da Comissão de Agropecuária, com a presença do Presidente da CEMIG, para nos dizer o que pode ser feito efetivamente, o que a CEMIG tem condição e vocação para fazer, a fim de melhorar esse estado de coisas, porque pagar energia mais cara é inviabilizar a agricultura irrigada no nosso Estado.

O segundo assunto que queria trazer, de igual importância, é a reportagem do "Estado de Minas" de hoje, relativa às auditorias que estão sendo feitas na Secretaria de Estado da Saúde, notadamente na Fundação Ezequiel Dias, onde foram constatadas inúmeras irregularidades.

O Deputado Adelmo Carneiro Leão deixou aquela Secretaria e pode não ter tido tempo de fazer um bom trabalho como Secretário devido à exigüidade do tempo em que nela permaneceu. Mas um fato foi determinante para que essa Secretaria possa encontrar o seu rumo: as denúncias feitas por uma pessoa que conhece bem o assunto, um dos Deputados mais sérios e mais capacitados desta Casa, o Deputado Adelmo Carneiro Leão. Ao se afastar da Secretaria, deixou em andamento, nas mãos das autoridades, do Ministério Público e do próprio Governo, um processo de investigação, para que pudessem ser efetivamente apuradas as inúmeras denúncias e as inúmeras evidências de irregularidade que pesavam sobre a Secretaria da Saúde e suas autarquias.

Não quero antecipar-me aos fatos, mesmo porque esta Casa constituiu uma CPI, que terá todas as condições de fazer um bom trabalho, mas entendo que esse fato, em si, será fundamental para que a Secretaria da Saúde do Estado de Minas Gerais possa encontrar o seu caminho e exercer, em sua plenitude, o direito e a obrigação de promover as mais importantes e necessárias ações de saúde pública em nosso Estado. A situação da saúde pública de Minas Gerais é de calamidade. Nossos hospitais estão absolutamente falidos. Talvez a culpa não possa recair apenas sobre a Secretaria da Saúde, mas também sobre o mau gerenciamento, a falta de uma política de saúde por parte do Governo Federal, a demora do Congresso para resolver definitivamente a Proposta de Emenda à Constituição nº 169, para estabelecer o financiamento da saúde pública em nosso País. De qualquer forma, as providências devem ser tomadas nas bases.

Assim, vejo com bons olhos o que aconteceu e está acontecendo em Minas Gerais. Como diz o ditado, há males que vêm para bem, porque não podemos aceitar o que está acontecendo em nosso Estado: o povo está à mercê da sorte; não há garantia de atendimento no programa de urgência e emergência; os hospitais estão abarrotados de doentes, sem recursos para financiamento; os programas especiais, como os de atendimento à insuficiência renal - a hemodiálise -, estão comprometidos; não há garantia de fornecimento de medicamentos para doenças especiais, como a AIDS, etc. Enfim, é necessário que Minas acorde e encontre o seu caminho, para que a nossa Secretaria possa cumprir o seu papel de trazer a saúde ao povo deste Estado. Assim, a rápida participação de Adelmo Carneiro Leão na Secretaria foi fundamental, e a história há de confirmar que, após esse fato, poderemos sanear aquela Secretaria, fazendo com que funcione como uma das principais Secretarias do Estado, e poderemos, principalmente, dar ao povo o atendimento de que precisa e que merece. O povo não pode morrer às portas dos hospitais. Nosso Estado tem de colocar efetivamente em prática programas como o Saúde da Família - o mais importante implantado no País e no Estado nos últimos anos -, tem de dar prosseguimento aos consórcios intermunicipais e tem de dar assistência aos hospitais públicos, principalmente, e ao povo de Minas Gerais, que está à mercê da sorte, sem nenhuma certeza de que encontrará uma porta aberta para tratar de si e de sua família.

Neste momento, quero cumprimentar novamente o Deputado Adelmo Carneiro Leão, por sua passagem naquela Secretaria, como já fiz em outra ocasião, e dizer que o atual Secretário, mesmo não sendo da área da saúde, mesmo sendo um General, poderá, antes de qualquer coisa, moralizar aquela Secretaria e tornar transparentes as suas ações, para que possamos, em uma segunda etapa, praticar uma saúde pública de alto nível.

O Deputado Miguel Martini (em aparte)* - Sra. Presidente, muito nos honra tê-la presidindo esta sessão. Deputado Carlos Pimenta, Srs. Deputados, queremos, com pesar, comunicar o falecimento do Bispo D. Cristiano Frederico Portela de Araújo Pena, em Belo Horizonte. Ultimamente, ele era o Capelão do Hospital Madre Tereza, tendo sido um dos Bispos que mais apoio deram ao nosso movimento Renovação Carismática Católica. Poderíamos dizer que foi um santo homem, ou seja, alguém que dedicou toda a sua vida ao serviço do próximo, a santificar-se no seu sacerdócio.

O Bispo está sendo velado no Hospital Madre Tereza, e, às 18 horas, será realizada a missa de corpo presente. Ele é de Divinópolis, de onde era Bispo Emérito. Residia em Belo Horizonte há mais de 20 anos e, ultimamente, trabalhava na Pastoral da Saúde e dos Enfermos. Fica aqui o nosso comunicado e a solicitação de que sejam apresentados à família de D. Cristiano os profundos sentimentos de pesar deste Poder Legislativo.

* - Sem revisão do orador.

MATÉRIA ADMINISTRATIVA

TERMO DE ADITAMENTO

Contratante: Assembléia Legislativa do Estado de Minas Gerais. Contratada: Rádio e Televisão Bandeirantes de Minas Gerais Ltda. Objeto: veiculação de programa diário sobre o Poder Legislativo de Minas Gerais. Objeto deste aditamento: 2ª prorrogação contratual com manutenção de preço e alteração de horário. Vigência: a partir da assinatura. Dotação orçamentária: 3132.

Aviso de Licitação

Convite nº 21/2000 – Objeto: contratação de empresa especializada para realização de serviços de microfilmagem. - Licitante vencedora: Micro Station Comércio e Assistência Técnica Ltda. – Licitante desclassificada: RRDB Microfilmagem e Informática Ltda.